

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Pretoglobalização: uma narrativa contra hegemônica das globalizações e o universalismo euro-americano

Black-Globalization: counter-hegemonic narrative of globalizations and Euro-American universalism

Globalización-negra: narrativa contrahegemônica de globalizaciones y universalismo euroamericano

Arménio Alberto Rodrigues da Roda

Augusto Checue Chaimite

Sumário

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA	17
OS DONOS DO PODER: A PERTURBADORA ATUALIDADE DE RAYMUNDO FAORO	19
Luís Roberto Barroso	
EVIDÊNCIAS DE CICLOS POLÍTICOS OPORTUNISTAS E PARTIDÁRIOS NOS GASTOS SOCIAIS E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL.....	35
Daiane Pias Machado, Maria Nazaré Oliveira Wyse, Marco Aurélio Gomes Barbosa e Ana Paula Capuano da Cruz	
PERCEPÇÕES SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO E A CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA	59
Suélem Viana Macedo, Josiel Lopes Valadares, Wanderson de Almeida Mendes e Marconi Silva Miranda	
O ESTADO SOCIAL E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL.....	83
Oswaldo Ferreira de Carvalho	
ORÇAMENTO UNIFICADO NACIONAL: UMA PROPOSTA DE SUPERAÇÃO DA DIVISÃO ENTRE UNIÃO COMO EMISSORA E ENTES SUBNACIONAIS COMO USUÁRIOS DA MOEDA ESTATAL	108
Julio Cesar de Aguiar	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM TECNOLOGIA	131
INTRODUCTION OF DIGITAL PLATFORMS TO STATE AND MUNICIPAL ADMINISTRATION: OPPORTUNITIES FOR REGULATION AND TRANSFORMATION OF SOCIAL SERVICES FOR THE POPULATION	133
Dmitriy Nakisbaev e Natalia Dugalich	
O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E AS NOVAS REGRAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL	145
Devilson da Rocha Sousa e Bianca Amorim Bulzico	
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E O PARADIGMA DA ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O SURGIMENTO DAS FORÇAS CONTRA HEGEMÔNICAS.....	162
Bruno Mello Corrêa de Barros Beuron e Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros	
FAKE NEWS, DISCURSOS DE ÓDIO E ATIVISMO DIGITAL: MOVIMENTOS SOCIAIS DE DESMONETIZAÇÃO, DESAFIOS JURÍDICOS E REFLEXÕES SOBRE O CASE SLEEPING GIANTS BRASIL	180
Hígor Lameira Gasparetto, Frederico Thaddeu Pedroso e Rafael Santos de Oliveira	

POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA ALIMENTAR.....	199
APLICAÇÃO DE INSIGHTS COMPORTAMENTAIS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ROTULAÇÃO DE ALIMENTOS COM SUBSTÂNCIAS CANCERÍGENAS.....	201
Benjamin Miranda Tabak e Guilherme dos Santos Araújo	
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DE LEI DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NO BRASIL	227
Bruna Laís Ojeda Cruz, Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo, Mayra Batista Bitencourt Fagundes e Paula da Silva Santos	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO.....	253
THE STUDENT MOVEMENT 2011 AND FREE EDUCATION POLICY IN CHILE (2017)	255
Alejandro Olivares, Camila Carrasco e Victor Tricot	
POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO EDUCACIONAL: NOÇÕES DE HOLISMO, PLURALIDADE E DEMOCRACIA NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	275
Rhuan Filipe Montenegro dos Reis, Marcelo Rodrigues dos Reis e Patricia Peregrino Montenegro	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE.....	298
HACIA LA CONCRECIÓN DEL DERECHO A LA INFORMACIÓN SANITARIA EN CHILE.....	300
Juliana Salome Diaz Pantoja	
AS PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AS DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS.....	322
Marcos Vinício Chein Feres e Alan Rossi Silva	
ANÁLISE MORAL INSTITUCIONAL DE UMA INJUSTIÇA GLOBAL: O CASO DO ACESSO A MEDICAMENTOS ANTIRRETROVIRAIS NO SUL GLOBAL	355
Ademar Pozzatti e Lucas Silva de Souza	
A GOVERNANÇA MULTINÍVEL E O CONTROLE EXTERNO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO ÂMBITO LOCAL: A POSSIBILIDADE INDUTORA DOS PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS	387
Betieli da Rosa Sauzem Machado e Ricardo Hermany	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SANEAMENTO	415
A REMUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FRANÇA: EXEMPLO PARA O BRASIL?.....	417
Patrícia Albuquerque Vieira e Tarin Cristino Frota Mont'Alverne	

CAPACIDADES INSTITUCIONAIS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO .437 Juliana Maria de Araújo, Marco Aurélio Marques Ferreira e Tiago Carneiro da Rocha	
POLÍTICA PÚBLICA URBANA	463
O MUNICÍPIO E A POLÍTICA URBANA: O FEDERALISMO SIMÉTRICO EM XEQUE	465
Angela Moulin S. Penalva Santos	
SAMISAKE PROGRAM IS IMPROVING THE ECONOMIC CAPABILITIES OF URBAN POOR IN BENGKULU CITY, INDONESIA	489
Sugeng Suharto	
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	512
EL SISTEMA DE COMERCIO DE EMISIONES DEL ACUERDO DE PARÍS Y EL CARBONO AZUL	514
Alberto Olivares	
OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO E O ROMPIMENTO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO	538
Marcos Ribeiro Botelho e Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela	
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A GRUPOS MINORITÁRIOS	556
DECOMPONDO AS DESIGUALDADES SALARIAIS DE GÊNERO: EVIDÊNCIAS PARA BRASIL E COLÔMBIA	558
Solange de Cassia Inforzato de Souza, Magno Rogério Gomes e Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira	
O PAPEL DA EMPRESA PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS REFUGIADOS POR MEIO DO TRABALHO DECENTE: FUNÇÃO SOCIAL, COMPLIANCE E OS DESAFIOS PARA CONTRATAÇÃO	579
Leda Maria Messias da Silva e René Dutra Teixeira	
PRETOGLOBALIZAÇÃO: UMA NARRATIVA CONTRA HEGEMÔNICA DAS GLOBALIZAÇÕES E O UNIVERSALISMO EURO-AMERICANO	599
Arménio Alberto Rodrigues da Roda e Augusto Checue Chaimite	
OUTROS TEMAS	614
LOS PUEBLOS INDÍGENAS COMO SUJETOS DE DERECHO INTERNACIONAL Y ANTE LOS ESTADOS NACIONALES	616
Juan Jorge Faundes	
EL CAMPO POLÍTICO DE LAS JUVENTUDES EN COLOMBIA EN ÉPOCA DE PANDEMIA	646
Holmedo Peláez Grisales e Lina Marcela Estrada Jaramillo	

EFFECTS OF CORPORATIZATION ON THE FINANCIAL PERFORMANCE OF NON-FINANCIAL STATE-OWNED ENTERPRISES IN LATIN AMERICA BETWEEN 1999 AND 2018666
Martha Liliana Arias-Bello, Mauricio Gómez-Villegas e Oscar Andrés Espinosa Acuña

A GARANTIA DA IGUALDADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A APLICAÇÃO DO CONTROLE DE VALIDADE PELO JUIZ689
Francisco Luciano Lima Rodrigues, Nilsiton Rodrigues Andrade Aragão e Bruno Costa Bastos

Pretoglobalização: uma narrativa contra hegemônica das globalizações e o universalismo euro-americano*

Black-Globalization: counter-hegemonic narrative of globalizations and Euro-American universalism

Globalización-negra: narrativa contrahegemónica de globalizaciones y universalismo euroamericano

Arménio Alberto Rodrigues da Roda**

Augusto Checue Chaimite***

Resumo

Neste artigo, buscou-se apresentar um novo significado contra-hegemônico denominado de Pretoglobalização ou globalização do preto, que visa recuperar os ideias da negritude, do pan-africanismo e do nacionalismo negro, para fazer face à atual estrutura global do universalismo, eurocentrismo, neocolonialismo e capitalismo que continuam oprimindo a população preta, que se vê sub-humanizada, empobrecida, encarcerada e aprisionada sob o julgo do sistema global dominante, alicerçado em arranjos neocoloniais. Portanto, a Preto-balização busca enxergar os problemas da população negra como globais, em que se identifica o negro e sua cultura marginalizada e subalternizada em vários lugares do mundo. E, por fim, reafirma-se a importância de uma visão de solidariedade negra no panorama global.

Palavras-chave: pretoglobalização; globalização hegemônica; universalismo.

Abstract

In this article, we seek to present a new counter-hegemonic grammar called black-balization or black-globalization, which aims to recover the ideas of blackness, pan-Africanism and black nationalism, to face the current global structure of universalism, Eurocentrism, neocolonialism and capitalism, which continues to oppress the black population, which sees They life subhumanized, impoverished, imprisoned, and imprisoned under the yoke of the dominant global system, based on neocolonial arrangements. Therefore, black-globalization seeks to see the problems of the black population like as global, where we identify black people and their culture has been

* Recebido em: 20/07/2021
Aprovado em 03/07/2022

** Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia. Doutorando em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Cursou disciplinas de Direito Público e Privado na Universidade de Coimbra, nas disciplinas de Direito da Segurança Social e Direito de Propriedade Intelectual. Graduado pela Universidade Zambeze (UNIZAMBEZE), Moçambique. Autor do livro A dimensão global do tráfico humano.
E-mail: armenioroda@gmail.com

*** Doutorando e mestre em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (PPGD-UFBA). Graduado em Direito pela Universidade Zambeze-Moçambique e docente universitário.
E-mail: augustochecuechaimite@gmail.com

marginalized and subordinated in several parts of the world. And finally, we reaffirm the importance of a vision of black solidarity in the global panorama.

Keywords: black-globalization; hegemonic; globalization; universalism.

Resumen

En este artículo, buscamos presentar una nueva gramática contrahegemónica llamada preto-globalização o globalización del negro, que tiene como objetivo recuperar las ideas de negritud, panafricanismo y nacionalismo negro, para enfrentar la actual estructura global del universalismo, el eurocentrismo, neocolonialismo y capitalismo que continúan oprimiendo a la población negra, que se ve a sí misma subhumanizada, empobrecida, encarcelada y encarcelada bajo el juicio del sistema global dominante, basado en arreglos neocoloniales. Por lo tanto, preto-balização busca ver los problemas de la población negra como globales, donde los negros y su cultura marginada y subordinada se identifican en varias partes del mundo. Y finalmente, se reafirma la importancia de una visión de la solidaridad negra en el panorama global.

Palabras llave: globalización-negra; globalización hegemónica; universalismo.

1 Introdução

O recrudescimento do localismo globalizado euro-americano influirá, diretamente, na sociedade moderna, organizando a estrutura social, cultural e econômica global, por meio de narrativas coloniais e hegemônicas, amparadas pelo universalismo cultural, científico e ideológico, que propõe a mundialização de ideários como o liberalismo, capitalismo, consumismo, eurocentrismo, racionalismo, holywoodismo, hamburguismo, entre outros “ismos”, sem descuidar de conceitos sociais unívocos sobre a moda, beleza e a massificação do inglês imposto como a língua padrão universalizada. e, essas formas hegemônicas desvelam novas formas de colonialidades implantados pelos modelos globais hegemônico, e que prolifera um racismo multidimensional na esfera global.

Por outro lado, assiste-se à massificação o dogmatismo dos direitos humanos universais de matriz liberal individualista, versada nos valores e na cultura ocidental que servem para reafirmar a autoridade e a supremacia eurocêntrica no mundo e que, de certa forma, cumprem a agenda neocolonial de eliminação ou banimento de outras alteridades, permitindo a invisibilização da multiculturalidade dos direitos humanos, que se exprimem em múltiplas formas a depender do espaço geográfico em concreto.

A hegemonia eurocêntrica globalizada corrobora a institucionalização de um racismo global e multidimensional, com um condão forte assente no racismo racial e biológico, que tem contribuído para a proliferação de violência globalizada contra pessoas pretas e não brancas, o que se evidencia pelas mortes sistemáticas de pessoas negras, como o caso de Jorge Floyd, nos Estados Unidos; assassinatos seletivos de pessoas pretas nas favelas do Rio de Janeiro, no Brasil, protagonizados pela Polícia Militar; o assassinato de Stephen Lawrence em Londres; o encarceramento em massa de pessoas negras; a vigilância policial sistematizada; a privação do direitos fundamentais dos negros na África do sul; e a extrema pobreza que afeta os negros no mundo inteiro. É resultado de modelos estruturantes hegemônicos e coloniais que controlam a dinâmica da vida globalizada.

Oprimir, humilhar, amesquinhar causar dor emocional e convencer o próprio negro de que é socialmente inferior ao branco, tornou-se uma moralidade de vida global, que nasce dos séculos passados, que demonstra a verdadeira essência do racismo no dizer de Jesse Souza, na sua obra sobre como o Brasil criou o racismo.¹

Entretanto, urge-nos compreender as novas forças coloniais hegemônicas que governam a modernidade e orquestram novas formas de violência; marginalização do povo negro e os não brancos no cenário global, o que não esgota, essencialmente, a brutalidade física sobre os corpos negros e a humilhação psicológica. Todavia, há, noutros campos da vida — em que o racismo se manifesta, tais como: o racismo epistêmico, geográfico, cultural, além das questões que envolvem a falta de redistribuição da renda e do reconhecimento da justiça social —, problemas cruciais que remetem ao racismo enquanto uma moralidade global.

E, nessa ordem de ideias, o presente artigo tem como objetivo fulcral apresentar a *pretoglobalização* ou a *globalização do povo preto*, como um significado, filosófico e ideológico, que visa responder às atrocidades e subalternização do povo negro no cenário global, buscando reconstruir os significados políticos filosóficos do pan-africanismo e da negritude, correntes que visam à emancipação, autodeterminação e reconhecimento dos direitos dos povos africanos e afrodescendentes na diáspora. Nesse sentido, propomos a pretoglobalização como mecanismo de resposta contra hegemônica que reafirma a cidadania e a autonomia do preto numa esfera global.

E, por um lado, agregamos a discussão a um outro termo que designamos pretobanalização, ou a banalização dos problemas das pessoas negras, que são estruturais em diversos lugares do mundo e que, de certa maneira, foram naturalizados do ponto de vista de uma moralidade prática, ou seja, a forma pela qual as ações humanas são conduzidas entre os indivíduos, especialmente nos países multirraciais como Brasil e os Estados Unidos, onde constatamos a falta de reconhecimento da justiça social inerentes às pessoa negras colocadas à margem da cidadania..

Sendo assim, a pesquisa será conduzida por meio da revisão bibliográfica e desencadeada por abordagens crítica e reflexiva aos ideários hegemônicos coloniais globalizados, que imperam na sociedade moderna global e viabiliza a subalternização do ser humano negro, despido da emancipação social e do reconhecimento da dignidade humana.

2 Pretoglobalização: uma resposta contra hegemônica ao universalismo euro-americano

A Modernidade impõe-nos novas dinâmicas globais, tais como os imperativos do localismo globalizado que são culturas e ideologias ocidentais que se tornaram globalizadas e tidas como universais, exaltando os valores e paradigmas ocidentais, ostentando posições hierarquicamente superiores, e, por outro lado, vislumbram-se conceitos eurocêtricos dominantes que constituem tecnologias e meios discursivos instrumentalizados para a marginalização e subalternização de alteridades culturais africanas e não ocidentais, no qual, o outro é invisível aos parâmetros da cultura hegemônica. Os critérios hegemônicos globalizados, ignoram o negro enquanto sujeito da modernidade, que se digladiava para reafirmar a sua dignidade no espaço global.²

Essas narrativas já se vislumbravam com as colocações Hegelianas, que afirmavam a Europa como o fim da história universal e negro como ser despido da razão, espírito e alma, equiparado a uma criança incapaz de

¹ SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*, v. 97, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2021.

² SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*, v. 97, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2021.

deduzir quaisquer pensamentos lógicos. E esse reducionismo também se atrelava à expressão cultural negra africana, descrita como barbara e sem nenhum valor universal.³ Por outro lado, assistiu-se a taxonomização das raças, em que se acreditava que o ser humano africano não possuía qualquer valor humano, estando na posição de sub-humano devido às suas características biológicas. Entretanto, na Modernidade, o preconceito e racialização das relações sociais, vigente na sociedade moderna globalizada, atuam por meio de outros paradigmas excludentes que coloca o homem na posição subalterna e marginalizada.

A pretoglobalização ou a globalização do preto é uma gramática filosófica contra hegemônica que tem como alicerce o pan-africanismo e a negritude, movimento político, filosófico, social, ideológico e cultural, que busca a emancipação do continente africano e do homem negro, visando à unidade africana, à erradicação do colonialismo, escravidão e reconhecimento dos direitos dos povos africanos e afrodescendente. E, por outro lado, a negritude exprime a valorização da cultura e arte africana.⁴

Pretoglobalizar é definir o preto como uma parte integrante e significante da humanidade e da modernidade, cuja personalidade deve ser reconhecida no panorama global. Globalizar o preto constitui, em primeiro lugar, reivindicar, de maneira global, as atrocidades desencadeadas sobre os corpos pretos, que se tornaram a carne do capitalismo; em segundo, a preto-balização chama à consciência as comunidades negras do mundo aos problema globais nos quais estamos imersos, em terceiro, a pretobalização visa definir novos mecanismos internacionais de defesa contra a marginalização do povo preto e, ao mesmo tempo, conceber os problemas da subhumanização do povo preto como um problema globalizado. Ademais, a pretobalização busca despertar a militância e as comunidades negras para a importância da solidariedade global do povo preto, podendo viabilizar-se estratégias contra o racismo e outras formas de discriminação entre movimentos negros no mundo inteiro, para melhor enfretamento do discurso hegemônico colonial, instalado no sistema global.

Pretoglobalizar é, também, uma premissa antropológica, histórica e social que visa recuperar a identidade e o vínculo da ancestralidade cultural africana, que pode ser vivenciada pelo africano no seu continente, na diáspora e pelos afrodescendentes em qualquer espaço geopolítico, que assistem as suas identidades culturais destruídas pelo discurso ocidental universal hegemônico, que exclui a cultura do Outro, vista como canibalésca.

A pretoglobalização propõe a restauração cultural africana que tem sido apagada pouco a pouco, a exemplo das línguas nativas que vêm sofrendo o maior ataque da história, pois, inclusive em países africanos, as línguas nativas têm sofrido uma verdadeira obliteração. Já que esses idiomas vêm sendo substituídos por um paradigma camuflado de modernidade que padroniza a língua inglesa como portal de acesso, usado para definir as capacidades e funcionalidades do sistema globalizado, ou seja, é um vetor que estabelece parâmetros de aceitação do cidadão moderno ou não civilizado, excluído dos aparatos sistêmicos das globalizações.⁵ Enfim, a preto-balização é, sem dúvida, o estabelecimento global da afro-centridade, ou seja, o preto e sua cultura como categorias emancipadas e autônomas, com padrões civilizatório e epistêmico intrínseco à ancestralidade africana.

³ DUSSEL, Enriquez. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p. 27-31.

⁴ MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 107-120, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p109/32733>. Acesso em: 20 dez. 2021.

⁵ SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 201.

3 Herança e resquícios coloniais invisibilizados pelo discurso das Globalizações

Países que têm herança colonial portuguesa, como Angola e Moçambique em especial, têm perdido o valor ancestral das línguas nativas lá existente, em pretexto da alegada unidade nacional e adaptação global. O que nos parece como um mecanismo simbólico do colonialismo, que reduz as formas de resistência e autoafirmação histórica do povo africano. Pois a perda de signos linguísticos conduz um povo à aceitação de neocolonialismo que se manifestam por via da linguagem e pelos signos linguísticos, que definirão os códigos binários de dominação, como civilizado e não civilizado, assimilado e não assimilado, bárbaro e humano, profano e santo, negro e branco, racional e não racional, que são categorias excludentes e de subalternização outrora usadas para justificar o colonialismo e a escravidão. Dessa maneira, quem é detentor da língua vai definir a regra da moralidade e ações que deverão ser seguidas socialmente.⁶

De tal forma que, atualmente, o continente africano se encontra classificado de acordo com a herança colonial onde se encontram os países anglófonos, francófonos e lusófonos, o que constitui uma narrativa colonial forjada da própria ideia de unidade africana ou África como um só povo que vive separado pela classificação linguística. Para Isidro Fortunato, um ativista pan-afrinista de Angola, essa classificação permite que os cidadãos dos países africanos ignorem a irmandade africana, permitindo que estes tenham mais afinidade com seus ex-senhores com os quais gozam semelhança língua..⁷

E as posições hegemônicas culturais não esgotam em questões linguísticas, todavia, quando falamos sobre a cultura, não devemos nos esquecer da gastronomia, que é um outro campo que vem sofrendo sobreposições hegemônicas. Atualmente, quando se aborda a gastronomia do ponto de vista internacional, poucos pratos africanos ou andinos têm o mesmo status internacionalizado ou globalizado, como por exemplo a pizza e o hambúrguer, que vão ganhar protagonismo global cumprindo papéis simbólicos de um localismo globalizado, que, segundo Boa Ventura Sousa Santos, consiste na globalização que parte de cima para baixo, ou seja, culturas euroamericanas que se tornaram um padrão universal. E nesse sentido, o *acarajé* baiano, o *fungi* angolano, a *xima* moçambicana, que são pratos oriundos da África, e não possuem a mesma notoriedade globalizante, porque há uma subalternização de culturas não ocidentais. Uma narrativa colonial hegemônica que determina o bom, o melhor e agradável, comestível e civilizado. Frise-se que não se trata, neste artigo, de desmerecer as qualidades que essas gastronomias possuem. Entretanto, analisamos o simbolismo hegemônico com os quais se impõem no mercado, o que também pode ser justificado pelas regras de livre concorrência e de livre mercado. E, de acordo com as regras do capitalismo, os mais fracos serão subjugados por aqueles que detêm a maior acumulação do capital, o que demonstra a hegemonia dos mesmos autores colônias. A hegemonia do capital tem o mesmo poder simbólico de imposição pela força, embora, aparentemente, justificadas pelas lógicas dominantes do mercado liberal.

O mesmo pode ser dito sobre o racismo científico que congrega epistemologia ocidentais universalizada no topo da hierarquia, negando as outras formas de saberes existente em outras culturas.⁸ O racionalismo europeu constitui um parâmetro globalizado de se interpretar o universo e dizer a ciência. E outras experiências de saberes contrárias serão consideradas irracionais, e, conseqüentemente, inutilizáveis para a ciência.⁹

⁶ NKRUHAH, Kwame. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 56-64.

⁷ FORTUNATO, Isidro. *Conferencia Virtual sobre Pan Africanismo*, Angola, 2020.

⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*, v. 97, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2021.

⁹ SÁNCHEZ-ARTEAGA, Juan Manuel; SEPÚLVEDA, Cláudia; EL-HANI, Charbel N. Racismo científico, procesos de alterización y enseñanza de ciencias. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación [en línea]*, Bogotá, v. 6, n. 12, p. 55-67, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281029756004>. Acesso em: 24 mar. 2022.

4 O colonialismo e colonialidade: tecnologia para subalternização global do homem negro

Com a invasão europeia no continente africano a partir do século XV-XVI, deu-se início à colonização que se desencadeia por meio de um processo violento de subjugação e dominação política, cultural e econômica, acompanhado de um controle efetivo de corpos africanos.¹⁰ Nesse processo de apropriação indevida de corpos, riquezas africanas, a instrumentalização de corpos africanos, a negação da alteridade cultural negra, considera-se a primeira formas de manifestação de colonialidade, refletida por meio da força bruta impositiva do poder europeu contra o homem negro africano.

Nos dias atuais, a colonialidade pode ser entendida como um conjunto de ações, discursos e linguagem que viabiliza a hegemonia de um grupo em detrimento de outros grupos, estabelecendo uma relação de poder entre dominadores e os dominados, vencedores e vencidos. Nesse cerne, ultrapassamos o colonialismo como imposição de violência e da força bruta contra os corpos negros, pois a modernidade oferece outras formas hegemônicas de subhumanizar os corpos negros que continuam vivenciados outras dores sociais em seus corpos.¹¹

Na modernidade globalizada, a relação do poder entre o colonizador e colonizado passou a ser demonstrada à luz de outras formas de colonialidades, que parte da apropriação do capital, de meios de produção, o controle das instituições criminais, como prisões, poder judiciários e outras instituições do Estado, que são tecnologia ou armas que viabilizam as ações de colonialidade enquanto uma racionalidade de vida que reproduz a violência, o racismo, a pobreza e desigualdade social.

5 Mecanismo políticos, econômicos, ideológico e sociais como formas de subalternizar

O mundo é atualmente governado por três *ismos*, que refletem conjunto ou tipos de globalizações, que são o capitalismo, neoliberalismo e liberalismo, modelos políticos econômicos e hegemônicos que governam a modernidade global.

A escravidão no continente africano sempre esteve atrelada ao capitalismo. Foi um sistema de pilhagem das riquezas africanas, mas também uma arma que permitiu a transformação do ser humano africano em homem-moeda, homem-mercadoria e homem instrumento.¹² Para Fernando Ronil, o colonialismo é o lado escuro do capitalismo e, sem dúvida, essa estrutura dinamizará e garantirá as relações desiguais, perpetuando o discurso hegemônico colonizador.¹³

E o neoliberalismo como uma racionalidade, assente nas generalizações de concorrência que transformam as pessoas em empresas, constitui paradigmas coloniais que impedem a distribuição igual dos recursos, mantendo as desigualdades como forma de opressão aos menos favorecidos.¹⁴

O liberalismo e a democracia liberais são premissas convergentes que atuam como subestruturas propagando egocentrismos e lógica da justiça, voltados para o mercado desregulado e que funciona como fenô-

¹⁰ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1999. p. 162-170.

¹¹ FANON, F. *The wretched of the Earth*. New York: Grove Press, Chapter Three: Pitfalls of National Consciousness, 1963. p. 82-91.

¹² MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. p. 6-17.

¹³ SÁNCHEZ-ARTEAGA, Juan Manuel; SEPÚLVEDA, Cláudia; EL-HANI, Charbel N. Racismo científico, procesos de alterización y enseñanza de ciencias. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación [en línea]*, Bogotá, v. 6, n. 12, p. 55-67, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281029756004>. Acesso em: 24 mar. 2022.

¹⁴ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 10-21.

menos globalizados que maximizam as injustiças, inclusive raciais, à luz de discursos universais hegemônicos que controlam as formas de vidas.

Ademais, o capitalismo e seus desdobramentos contribuem para a massificação de uma cultura de não respeito pelo meio ambiente, baseado nos desfloramentos, extrativismos e destruição de ecossistemas para favorecer os interesses do capital global. África, o continente mais saqueado pelo imperialismo europeu, continua sendo saqueado pelos modelos capitalistas, embora atualmente ainda contemple um terço de recursos minerais. Todavia essas riquezas não servem aos interesses dos povos africanos que continuam ainda mais pobres.¹⁵ Esse fenômeno ilustra a lógica opressora de modelos globalizados e hegemônicos idealizados para marginalizar e oprimir.

Resgatar o pan-africanismo e a negritude como categoria intrínseca ao continente africano torna-se crucial para nos livrar das garras das globalizações hegemônicas que generalizam o sofrimento racializado à luz das macroestruturas coloniais. E, voltando à historicidade africana, compreendemos que a base da economia era pautada na relação entre o homem e terra, ou seja, uma economia biocêntrica e ecocêntrica, porque a terra é vista como o garante da sobrevivência humana. Ademais, a cultura africana tem como alicerce a proteção da natureza, algumas vezes tida como sagrada, e essas ecologias de saber são fundamentais para contrapor a dinâmica das globalizações hegemônicas de sistematização de uma economia baseada no extrativismo e degradação ambiental.

O *ubuntu* enquanto concepção afrocêntrica que possui uma ligação epistêmica com a negritude é uma categoria pluriversal na linguagem de Magobe Ramose 1999, assente na cultura de compartilhamento e distribuição igualitárias e é, por um lado, um conceito ético, filosófico e emancipatório das imposições neoliberais que promovem o individualismo.¹⁶ E, num contexto das globalizações hegemônicas, manifestadas pelo capitalismo, liberalismo e neoliberalismo, é fundamental globalizar de maneira contra hegemônica e entonar as dimensões comunitárias do *ubuntu* enquanto um instrumento para a vida de compartilhamento que parte da valorização do *Outro* para existência do *Eu*.¹⁷

6 A falta do reconhecimento da justiça social como um fator para o incremento do racismo

Para Nancy Fraser, a globalização propõe um novo modelo de justiça social, baseado no reconhecimento e distribuição, como formas de justiça que visam reduzir a cultura reificação do homem presente na modernidade global nesse âmbito, sendo o racismo uma situação de vulnerabilidade, social e econômica, torna-se imprescindível perceber a importância do reconhecimento das pessoas negras do ponto de vista identitário e dos direitos básicos, dito de outro modo, o negro necessita, primeiramente, de ser aceito enquanto um sujeito de igual valor ao homem branco, o que lhe permitirá disfrutar o mesmo valor da dignidade humana.¹⁸ E, de acordo Ciani Sueli das Neves, o racismo é, também, um impedimento do exercício da dignidade humana, que é na essência uma de negação dos direitos sociais básicos ou existências, que permite a humilhação, opressão sistêmica de um grupo social predefinido por suas condições cromática, geográficas religiosas ou morais.¹⁹

¹⁵ BURGIS, Tom. *A pilhagem de África*. 2. ed. Lisboa: Editora Último Tempo, 2015. p. 31-37.

¹⁶ RAMOSE, Mogobe B. A ética do Ubuntu. [tradução para uso didático de “The ethics of Ubuntu”]. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (ed.). *The african philosophy reader*. New York: Routledge, 2002. p. 324-330.

¹⁷ METZ, Thaddeus. *Ubuntu como teoria moral e direitos humanos na África do Sul*. *African Human Rights Law Journal*, Pretoria, v. 11, n. 2, p. 532-559, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/pdf/ahrlj/v11n2/11.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹⁸ FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 7-20, 2002. p. 1-2.

¹⁹ NEVES, Ciani Sueli das. O lixo vai falar: racismo, sexismo e invisibilidades do sujeito negro nas narrativas de direitos humanos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 124, 2020.

Aceitação do negro como um sujeito, e não um objeto, permiti-lhe construir um espaço de intersubjetividade com as demais categorias, minimizando problema da relação de poder que o coloca na posição subalterna de não de sujeito humano. Só assim, é possível imaginar, numa cidadania inclusiva, o reconhecimento da justiça social, condicionada à garantia e a participação dos direitos civis, sociais e políticos de maneira igualitária.²⁰

As desigualdades raciais, formadas por uma racionalidade moral criada pelo cientificismo europeu, permitiu a instalação de um comportamento moral, histórico que coloca o negro como não sujeito moral capaz de possuir uma relação paritárias em relação às pessoas brancas.

Ao lado do reconhecimento, é preciso não omitir o papel da redistribuição da riqueza como um fator de justiça social, e que, infelizmente, tem sido colocada em causa pela racionalidade neoliberal do capitalismo financeiro, que desilude e forja os critérios de distribuição das riquezas, e que acaba gerando uma cultura de marginalização de grupos historicamente vulneráveis, dos quais os negros sempre fizeram parte.

E, de acordo Jesse Souza, o racismo global persiste devido à exploração capitalista projetada pelas elites Norte global, representada pela elite americana, que dinamizam a falsa emancipação propugnada pelo neoliberalismo e capitalismo financeiro, que divide o homem periférico e homem civilizado, superior detentor do capital financeiro.²¹

As combinações do neoliberalismo, capitalismo financeiro que versa sobre acumulação do capital privado, tem bases herdadas do imperialismo europeu, que tornou os escravizados oriundo da África como instrumentos de produção capitalista. E modernidade ainda não se desfez desses modelos exploratórios se estão camuflados de falsa emancipação proposta pelas correntes liberais, que tem o mercado, a meritocracia como critérios para aquisição de direitos. Por consequência, esses modelos continuam representando a estrutura que esconde a desigualdade econômica, sociais e, por conseguinte, o racismo e outras formas de interseccionalidade.

7 Globalização da opressão negra

A afro-fobia, o racismo, o encarceramento em massa do povo preto, a seletividade penal, a vigilância policial, a pobreza extrema, a violência policial sobre os corpos negros, a privação dos direitos fundamentais, a danificação dos símbolos históricos africanos, constituem, sem dúvida, problemas globais que assola as comunidades negras em diferentes espaços geopolíticos.²² Essas patologias sociais inerentes às pessoas pretas têm se tornado um problema internacional e não um problema isolado. Por essa razão, as respostas contra essas atrocidades deve merecer uma narrativa global e decolonial.²³

Por algum momento, o racismo e o preconceito contra pessoas pretas foram considerados problemas fragmentados que diziam respeito a determinados países em concreto, considerados racistas e preconceituosos, e esse diagnóstico não os parece uma observação adequada para os problemas globais que as comunidades pretas enfrentam. Em qualquer parte do mundo, o preconceito e a subalternização se têm feito sentir, embora alguns problemas tenham a proporcionalidade ou graus diferenciados.

Em um olhar empírico, constata-se, atualmente, que poucas pessoas negras ocupam cargos de chefias nas empresas, mesmo em países como um percentual maior da população preta como Brasil por exemplo.

²⁰ SOUZA, Jessé José Freire. *Como o racismo criou o Brasil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. p. 139-144.

²¹ SOUZA, Jessé José Freire. *Como o racismo criou o Brasil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. p. 140.

²² RODA, Arménio Alberto Rodrigues da. O racismo prisional: crítica às políticas carcerárias no extermínio de corpos negros. *Revista Direito & Paz*, Coimbra, v. 2, n. 43, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/download/1343/545/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

²³ 25

Há poucas representatividades de pessoas pretas em cargos de liderança, nas televisões e, no cenário político e diplomático, o mesmo cenário se repete.

E, ao voltarmos ao continente africano, deparamo-nos, atualmente, com o problema do *colorismo*, uma forma de manifestação de racismo em que se valorizam as pessoas com tonalidade de pele mais clara, “mulatos”, que terão mais privilégios no cenário trabalhistas. Embora com percentual menor de pessoas com a tonalidade de pele clara, é frequente encontrar indivíduos com essas características ocupando cargos de liderança em bancos e demais empresas.

O mesmo pode se dizer sobre Portugal, em que 50% das pessoas pretas ocupam trabalhos braçais, 46% vivem em casas sobrelotadas, sem se esquecer dos 38% que enfrentam dificuldade para pagar as contas mensais, o que aponta para a globalização da marginalização negra no mundo inteiro.²⁴

Esse cenário constitui a imagem global do homem negro que perdeu a sua humanidade, retirada pela lógica sistêmica de aparato da dominação capitalista que vai definir os critérios de aquisição de dignidade e autonomia.

6 A recuperação do nacionalismo negro: caminhos para a unidade global negra

O nacionalismo é concebido como um princípio de unidade nacional assente na homogeneidade cultural e, para essa abordagem, o nacionalismo corresponde ao vínculo de ancestralidade presente entre as pessoas pretas, que partilham do mesmo passado cultural e ancestral. Pensar no nacionalismo negro é oportuno diante da crise que acomete a população negra, marginalizada pelo discurso e linguagem global eurocêntrica excludentes.²⁵

A ideia do nacionalismo negro foi construída em diferentes perspectivas. Para Marcus Garvy, a emancipação e a unidade das pessoas negras somente seria possível apenas com o regresso dos afros americano para a África, lugar onde se lograria o imaginário da dignidade negra, que se terá reiterado das comunidades negras nas américas. A volta para a África restauraria os direitos das comunidades negras na diáspora. Entretanto, essa narrativa não logrou êxito, embora pertinente naquele contexto da brutalização do homem preto nos Estados Unidos.²⁶

Para Malcom X, os pretos deveriam viver em lugares separados dos brancos, ideia reafirmada pelo então presidente do Estados Unidos Abraham Lincoln, negando, de modo absoluto, a integração da comunidade preta em país de maioria branca. Para Malcolm, seria impossível reconhecer a dignidade dos homens negros nos Estados Unidos.²⁷

Franklin fala-nos das características do Estado americano que envolve uma nação dentro da outra nação, os negros que compartilham de identidades culturais diferentes dos brancos. Nesse contexto, as comunidades negras se veem forçadas a viver debaixo de uma cidadania simbólica de integração, porém com estruturas altamente excludentes e discriminatórias.²⁸

²⁴ GUEDES, Nuno. *Ser negro em Portugal: piores empregos, mais pobreza, casas sobrelotadas*. *TSF Rádio Notícias*, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.tsf.pt/sociedade/ser-negro-em-portugal-piores-empregos-mais-pobreza-casas-sobrelotadas-10252145.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

²⁵ GUELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. 1. ed. Lisboa, 1993. p. 34.

²⁶ DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 212-242, jul./set. 2018.

²⁷ X, Malcom; HALER, Alex. *Autobiography of Malcolm X*. United States, 1960. p. 58-61.

²⁸ FRAZIER, Edward Franklin. *Black bourgeoisie*. 2. ed. University of Missouri Press, 2002. p. 44.

Essas tentativas de unificação de comunidade negras são pertinentes do ponto de vista histórico e na luta para uma emancipação negra. Entretanto, nos dias atuais, em que somos governados por outras lógicas hegemônicas e opressoras, é imprescindível o resgate do nacionalismo para propor uma unidade assente na preto-globalização ou na globalização do negro para se opor aos ideários hegemônicos coloniais e opressores.

Os Estados multiétnicos e multirraciais como Brasil e Estados Unidos refletem um conceito de Estado despido da verdadeira ideia de nação, que nunca foi plenamente efetivada, o que gera uma cultura de separatismo nacional proclamadora das desigualdades sociais extravagantes, culminando na discriminação e exclusão das comunidades negras que representam maior porcentagem de pobreza, desempregos e outras formas de violência, porque estes nunca foram considerados cidadãos do Estado-nação.

Nação envolve uma unidade nacional entre os diferentes grupos étnicos existentes no interior de um Estado, garantindo uma coesão e integração do ponto de vista político e econômico. O que se vislumbra em democracias ocidentais é o contrário, pois há um conceito simbólico de Estado-nação que define quem é nacional e não nacional, cidadão e não cidadão, nativo e não nativo, afrodescendente e descendentes de europeus. Portanto, nessas classificações excludentes, o fator determinante são as características biológicas de cada grupo. E, nesse quadro de Estado-nação, o preto é representado como imaginário colonial como do subumano, o pagão e sem capacidade civilizatória para pertencer a uma nação pertencente à branquitude.

Os Estado-nação, como Brasil e Estados Unidos, demonstram, com clareza, os grupos integrados como cidadãos, que são os brancos, menos afetados pela pobreza, pelo desemprego e pela violência policial. A integração dos negros, enquanto cidadãos, não passa de um mito e retórica política que continua marcando desigualdade social e violência racial institucionalizada.

7 Epistemicídio: desqualificação de saberes e sujeitos

Historicamente, a dominação europeia fez com que o ocidente impusesse a sua civilização a toda humanidade. Por isso, as matrizes teóricas e filosóficas euro-americanas tendem a desvalorizar os saberes e conhecimentos africanos e da diáspora negra, privilegiando o saber ocidental que desqualifica e secundariza os conhecimentos científicos que são produzidos fora da bolha ocidental. Desse modo, em nome da suposta globalização, e para manter a sua influência e hegemonia internacionais, impõem a esses povos africanos uma civilização que afronta e desvaloriza a sua cultura e tradição apagando a sua forma de ser e estar no mundo.

Boaventura Sousa Santos denominou essa forma de negação, invisibilização, ocultação e desqualificação do conhecimento dos povos dominados de epistemicídio, para descrever o paradigma de dominação euro-cêntrica do genocídio, destruição de conhecimentos que não são assimiladas pelo ocidente.

Esse autor assevera que:

o genocídio que foi utilizado como instrumento para a expansão colonial e dominação europeia foi ao mesmo tempo um epistemicídio. Uma vez que se eliminou os estranhos porque tinham formas de conhecimentos estranhos e sustentadas por práticas estranhas. Mas adiante, o autor acrescenta que, o epistemicídio foi mais vasto que o genocídio, vez que foi utilizado para subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão europeia capitalista.²⁹

Indubitavelmente, a consagração euroamericana foi construída sobre o alicerce da inferiorização cultural e intelectual dos povos africanos, que foram retirados, forçadamente, das suas terras e daqueles tidos como Outros. No projeto de dominação, os esforços foram concentrados na exclusão social, na incapacidade cognitiva inata dos negros, no encarceramento indiscriminado dos pretos, na destruição teórica, social e políticas dos povos africanos.

²⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 328.

De acordo com Sueli Carneiro, o epistemicídio também é a negação histórica, social, política e cultural pela classe dominante daqueles tidos como Outros. O epistemicídio se verificou, majoritariamente, na negação ao acesso à educação, na constante inferiorização intelectual e cultural e na perpetuação de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento. A autora acrescenta que a desqualificação dos conhecimentos desses povos africanos e diáspora negra foi acompanhada com a desqualificação dos próprios sujeitos, uma vez que, no seu entendimento, não é possível desqualificar as formas de conhecimento sem desqualificá-los também como sujeitos.³⁰

Para além do epistemicídio que significa, necessariamente, a rejeição ou o silenciamento de determinados conhecimentos dos povos dominados, Silva Rivera Cusicanqui cunhou outro conceito que o denominou de extrativismo epistêmico para tratar da extração e do domínio epistêmico que os representantes dos conhecimentos do Norte realizam, historicamente, sobre os conhecimentos do Sul. O autor denuncia, na sua obra, práticas de extrativismo epistêmico, alegando a apropriação indevida de conhecimentos que, muitas vezes, estão fixados na oralidade de certas comunidades, e assim os dominam e publicam como se fossem seus precursores.³¹

Em meio a constantes desafios que são impostos às pessoas pretas no mundo atual, como a desconfiança de que as pessoas pretas não são capazes de criar um sistema emancipado de pensamento, como é uma filosofia. A questão de rompimento de estereótipos se mostra de tamanha importância para exterminar com o desconhecimento, preconceito e deturpações acerca da capacidade intelectual dos povos negros. Por isso, urge a necessidade de impulsionar os valores e cultura africana que foram amplamente difundidos pelos precursores do movimento pan-africanismo por meio do slogan solidariedade, libertação e integração. A recuperação ou o resgate da identidade africana como pautada pelos defensores do movimento pan-africanismo ganha uma dimensão especial para reverter a distorção histórica criada pelo movimento eurocentrista. Para tanto, a afrocentricidade — movimento intelectual que coloca a África no centro da visão do mundo — defende valores e culturas africanos que desempenham um papel crucial para a materialização desse propósito.

8 O sujeito que não pode dizer a ciência

O africano, o negro, índio foram historicamente tidos como objeto de estudo no campo, antropologia, biologia, filosofia e outros campos do saber, uma vez que estes não estavam em condições de pensar algo sobre si mesmo e dizer algo que fosse tido como ciência. E qualquer tentativa de exteriorização de um pensamento, ideia, discurso ou um estudo de cunho científico, estava totalmente fadado ao fracasso. Entretanto, faltava-lhe legitimidade e capacidade para exprimir algo que fosse objeto científico. Desse modo, qualquer estudo e/ou teoria sobre ciência decorria, em primeiro plano, de certos requisitos de validade e legitimidade, impostos pela hegemonia eurocêntrica tais como: a qualidade do sujeito, a localização geográfica, características biológicas que inclui aspectos cromáticos em primeiro e posição social. Nesse caso, o homem branco ocidental, sobretudo europeu, nele a ciência se exprimia.

Jessé Souza, citando Leila Gonzales, ressalta a questão do privilégio epistêmico, que tem relação com o grupo que tem legitimidade e prestígio científico de dizer verdade ou mentira, definir relevante ou irrelevante. Nessa senda, a ciência ganhou uma fórmula universal, e uma universalidade que decorre, apenas, do contexto eurocêntrico. O racismo epistêmico ou científico é, sem dúvida, uma arma de colonização do pensamento que exalta os feitos do homem branco e reproduz a subalternização de grupos tidos como não capazes de dizer algo que seja ciência; que também está associado ao racismo racial e geográfico, correlatos

³⁰ CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 42.

³¹ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2008. p. 89-103.

aos homens periféricos, que não são capazes deduzir pensamento lógico. Os primeiros estudos históricos, etnográficos e antropólogos, desenvolvidos pelos africanos, tinham como condições uma validação das universidades europeias. Toda forma de construção epistêmica fora desse contexto não teria uma validação de ser ciência.

9 Afrocentricidade como novo paradigma

A afrocentricidade surgiu como um novo paradigma epistemológico em resposta à supremacia branca, com base na obra do autor estadunidense Molefi Asante, publicada em 1980, intitulada: *Afrocentricity: The Theory of social change* (Afrocentricidade: teoria da mudança social). Entretanto, o autor reconhece que não foi o criador desse termo, uma vez que já era utilizado por outros escritores negros do movimento pan-africano, com destaque para o ex presidente de Gana Kwame Nkrumah. Na verdade, a afrocentricidade tem suas raízes em movimentos anticolonialistas do século XXI.

Afrocentricidade como ideia intelectual refere-se, essencialmente, à centralidade da cultura e valores africanos. Essa teoria de pensamento advoga a ideia da cooperação dos povos africanos e da diáspora negra, e convoca para a desconstrução de argumentos contraditórios, falácias históricas e errôneas sobre a África. Essa ideia não é inteiramente nova, uma vez que alguns intelectuais da vanguarda africana como Marcus Garvey já defendiam a necessidade de olhar o mundo por meio das nossas próprias lentes. W. E. B. Du Bois chamava atenção para a necessidade de existência de uma Universidade negra para interpretar os fenômenos africanos, na sua obra *Os condenados da terra* sustentaram a ideia de que os africanos devem deixar de olhar e imitar os europeus e seus costumes.³²

O postulado básico da afrocentricidade é a pluralidade, pois ela não se considera a única detentora do conhecimento válido, não se pretende hegemônico. Pelo contrário, enfatiza o diálogo entre conhecimento de diversas realidades. Afrocentricidade, como novo paradigma de pensamento se pretende revolucionário, uma vez que promove ideias, conceitos, personalidades, eventos com a finalidade de colocar o povo negro no centro da própria história. A busca de restauração da autoconsciência africana é o grande objetivo dessa teoria de conhecimento.

Asante destaca cinco aspectos para uma metodologia afrocentrada: o lugar psicológico; o espaço representativo do africano como sujeito; as representações dos elementos da cultura africana; o entendimento do discurso por meio de um refinamento léxico e uma verdadeira história para África por meio de novas narrativas.

Por conta do recrudescimento do localismo globalizado euroamericano, particularmente na diáspora africana como no Brasil e EUA, milhões de pessoas de herança africana acreditam que a África é uma realidade marginal na civilização humana. Por isso, o conceito de pretoglobalização ou globalização do preto, embasado na afrocentricidade, busca resgatar os ideários do pan-africanismo, da negritude e do anticolonialismo para restaurar a consciência histórica do povo africano com finalidade de reconquistar os valores perdidos e dimensionar a identidade sociopolítica, econômica e cultural do povo negro como forma de tornar as pessoas pretas agentes de ação, mudança, transformação e que rejeitam a alteridade imposta pelo eurocentrismo.

O povo preto necessita de um novo posicionamento cognitivo face ao novo localismo globalizado, para dinamizar a sua transformação social centrada na avaliação de suas condições históricas culturais, com base em uma localização na África e sua diáspora. A nossa história precisa ser contada com narrativas verdadeiras

³² FANON, F. *The wretched of the Earth*. New York: Grove Press, Chapter Three: Pitfalls of National Consciousness, 1963. p. 162-170.

e que destacam a real contribuição africana para o desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, Asante assevera que:

“localização”, no sentido afrocêntrico, refere-se ao lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história. Assim, estar em uma localização é estar ficando temporária ou permanente, em determinado espaço. Quando o afrocrista afirma ser necessário descobrir a localização de alguém, refere-se, a saber, se essa pessoa está em um lugar central ou marginal com respeito à sua cultura. Uma pessoa oprimida está deslocada quando opera de uma localização centrada nas experiências do opressor.³³

Ter a África como o centro significa resgatar toda a herança sociopolítica e cultural da ancestralidade do continente pautado no reconhecimento de que os valores africanos devem ser respeitados, mantidos e transmitidos de geração em geração como forma de perpetuar conhecimentos que solidificam os povos africanos e diásporas na luta contra o eurocentrismo, que se pretende hegemônico globalizado e que tem como foco a desvalorização da cultura e saberes africanos.

O renascimento africano, como matriz filosófica e cultural, depende da vontade de pessoas pretas em construir um corpo de conhecimento que articule a realidade e as experiências dos povos africanos e diaspórico com as das clássicas civilizações do continente, como forma de reposicionar o seu estatuto no mundo. Hodiernamente, o povo negro é visto com um ser que está à margem da sociedade e que merece passar por todas as atrocidades como: pobreza, encarceramento indiscriminado, morte sistemática pela polícia e privação dos direitos fundamentais.

10 Considerações finais

Para refrear a massificação do discurso neocolonial euro-americano globalizado e hegemônico, que orquestra a marginalização e a subalternização do povo negro no cenário global, é crucial a dinamização do afro-centrismo e recuperação da negritude, do nacionalismo negro e do pan-africanismo, enquanto paradigmas emancipatórios capazes de refrear as dinâmicas globais que perpetuam o racismo, o genocídio, o epistemicídio, a sub-humanização e outras formas de exclusões globais. Nesse fito, a identidade negra, deve assumir posturas contra hegemônicas, capaz de localizar o substrato cultural, epistemológico africano no quadro global, amparado pela diáspora, que busca reafirmar o negro como sujeito pensante, autônomo, humano, com uma cultura e história própria. Daí, a relevância da preto-globalização que busca a reafirmação global, por meio de conscientização do localismo africano e solidariedade entre os povos negros na África e diáspora, sobre os problemas históricos que lhes afligem, a fim de mitigar o problema do não reconhecimento das pessoas negras no panorama global.

Referências

- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BURGIS, Tom. *A pilhagem de África*. 2. ed. Lisboa: Editora Último Tempo, 2015.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

³³ ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

- DAROT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 212-242, jul./set. 2018.
- DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FANON, F. *The wretched of the Earth*. New York: Grove Press, Chapter Three: Pitfalls of National Consciousness, 1963.
- FORTUNATO, Isidro. *Conferencia Virtual sobre Pan Africanismo*, Angola, 2020.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 7-20, 2002.
- FRAZIER, Edward Franklin. *Black bourgeoisie*. 2. ed. University of Missouri Press, 2002.
- GUEDES, Nuno. *Ser negro em Portugal: piores empregos, mais pobreza, casas sobrelotadas*. *TSF Rádio Notícias*, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.tsf.pt/sociedade/ser-negro-em-portugal-piores-empregos-mais-pobreza-casas-sobrelotadas-10252145.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- GUELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. 1. ed. Lisboa, 1993.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1999.
- METZ, Thaddeus. *Ubuntu como teoria moral e direitos humanos na África do Sul*. *African Human Rights Law Journal*, Pretoria, v. 11, n. 2, p. 532-559, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/pdf/ahrlj/v11n2/11.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 107-120, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p109/32733>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- NEVES, Ciani Sueli das. O lixo vai falar: racismo, sexismo e invisibilidades do sujeito negro nas narrativas de direitos humanos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 124, 2020.
- NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- RAMOSE, Mogobe B. A ética do Ubuntu. [tradução para uso didático de “The ethics of Ubuntu”]. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (ed.). *The african philosophy reader*. New York: Routledge, 2002. p. 324-330.
- RAMOSE, Mogobe B. *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books, 1999. p. 49-66.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Uma reflexion sobre praticas y discursos descolonizadores*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limon, 2008.
- RODA, Arménio Alberto Rodrigues da. O racismo prisional: crítica às políticas carcerárias no extermínio de corpos negros. *Revista Direito & Paz*, Coimbra, v. 2, n. 43, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/download/1343/545/>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- SÁNCHEZ-ARTEAGA, Juan Manuel; SEPÚLVEDA, Cláudia; EL-HANI, Charbel N. Racismo científico, procesos de alterización y enseñanza de ciencias. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación [en línea]*, Bogotá, v. 6, n. 12, p. 55-67, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281029756004>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*, v. 97, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jessé José Freire. *Como o racismo criou o Brasil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

X, Malcom; HALER, Alex. *Autobiography of Malcolm X*. United States, 1960.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.